



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013069-77.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Cleber Lima Pereira**  
 Requerido: **Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. (SP)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

**CLEBER LIMA PEREIRA**, qualificado nos autos, ajuizou ação de resolução contratual c.c. restituição de quantia paga em face de **SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA**, aduzindo, em síntese, que:

1. No dia 16/02/2013 efetuou a compra de um televisor Smart TV Slim Ltd 3-D 46" Wi fi Samsung modelo UN46ES8000GXZD, pelo site Fast Shop S/A;

2. Em meados de março de 2016 o televisor começou a apresentar defeitos, não se conecta à internet e demora ao ligar;

3. Acionou o serviço de atendimento ao consumidor (SAC) da ré e foi orientado a encaminhar o televisor para uma de suas assistências técnicas e reparar a TV por sua conta;

4. No dia 14/03/2016 entregou o televisor à assistência técnica, denominada Eletrônica São Jorge que aos 27/04/2016 emitiu laudo técnico relatando o seguinte defeito: *"aparelho teve a placa principal danificada sem causa específica"*;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

5. Com o laudo em mãos e convencido de que o defeito oculto estava caracterizado solicitou ao réu para que este arcasse com os reparos de sua TV, através do protocolo nº 1119092338, datado de 27/04/16;

6. Ocorre que a empresa ré não atendeu sua solicitação, assim, viu-se obrigado a enviar e-mail ao suporte técnico da empresa a fim de obter informações e, diante de nova negativa não lhe restou outra alternativa senão pleitear judicialmente a fim de ver atendido o seu direito.

7. Ao final, em razão do defeito existente no televisor, batalha pela procedência do pedido, requerendo a restituição do valor pago, cujo valor atualizado importa em R\$ 7.885,11 (sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais e onze centavos). Requer ainda, a inversão do ônus da prova, em razão da verossimilhança das alegações e da hipossuficiência do consumidor.

A ré foi citada mediante carta com aviso de recebimento (fls. 32), não oferecendo resposta (fls.33), tornando-se revel.

É uma síntese do necessário.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

De início, anoto que citada, a ré não contestou o pedido (fls.33), dando-se a *revelia*.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o art. 355, inciso II, do NCPC. A outra que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos termos do artigo 344 daquele diploma legal.

A incidência do Código de Defesa do Consumidor é imperiosa, ante o reconhecimento da relação jurídica existente entre as partes. A

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

hipossuficiência do consumidor está patente neste processo frente à empresa requerida, a qual possui, evidentemente toda a condição de produzir prova em seu favor e, ainda assim, não o fez, apesar de devidamente citada.

De fato, os documentos acostados à inicial comprovam que o autor adquiriu o televisor Smart TV Slim Led 3-D 46" Wi fi Samsung, modelo UN46ES8000GXZD, conforme comprova a nota fiscal nº 898827, digitalizada às fls. 08. Inconteste portanto, a realização de negócio jurídico entre as partes.

O parecer digitalizado às fls. 09, elaborado pela assistência técnica credenciada pela ré foi claro ao afirmar que o aparelho teve a placa principal danificada, sendo que o conserto foi orçado em R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Do que se depreende dos autos, temos que a responsabilidade objetiva da requerida não foi elidida, visto que ausentes as causas excludentes, tais como prova da inexistência do serviço e de culpa exclusiva de terceiro ou do consumidor.

Nesse diapasão, ante a revelia e a responsabilidade objetiva da ré verifica-se que esta é responsável pelos prejuízos causados ao autor, cabendo a restituição dos valores desembolsados para a compra do televisor descrito na nota fiscal digitalizada às fls. 08.

Diante de todo o exposto, deve ser acolhido o pedido de restituição de valor, condenando-se a ré ao pagamento em favor do autor da quantia de R\$4.121,03 (quatro mil, cento e vinte e um reais e três centavos), com atualização monetária a partir da data do efetivo prejuízo, ou seja, março de 2016 (data do defeito) e com juros de mora a contar da citação.

Dada a sucumbência da ré, arcará com custas, despesas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de março de 2017.

**Juiz Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**